

josé carmo

**Programa de candidatura ao cargo de
Reitor da Universidade da Madeira**

José Manuel Cunha Leal Molarinho Carmo

15 de Fevereiro de 2013

For' C

Índice

1. Introdução e considerações gerais	3
2. Estatutos da UMa	8
3. Regulamentos, procedimentos e desburocratização	10
4. Oferta formativa	12
5. Controlo da qualidade, imagem institucional e serviços	16
6. Estudantes	18
7. Corpo docente	21
8. Investigação	25
9. Relações com o meio envolvente	27
10. Turismo	29
11. Situação financeira	31
12. Ambiente institucional, transparência, participação e coesão da Universidade	32
13. Considerações finais	33
ANEXO - Alguns dados relevantes	34
Estudantes e cursos	35
Funcionários não docentes	43
Docentes	44

1. Introdução e considerações gerais

Os 25 anos da Universidade da Madeira (UMa)

A Universidade da Madeira foi criada pelo Decreto-Lei n.º 319-A/88 de 13 de setembro, tendo o seu primeiro curso, de Educação Física e Desporto, se iniciado no ano letivo de 1989/90.

Assim, apesar da sua fase de instalação só ter terminado em 1996, com a homologação dos seus primeiros Estatutos a 13 de maio de 1996 e a eleição do Reitor em julho de 1996, neste ano de 2013 a Universidade da Madeira comemora os seus 25 anos de existência. Tal deverá ser aproveitado para desenvolver um programa de atividades, nomeadamente, culturais, de divulgação e animação, que contribua para ligar ainda mais a Universidade ao Funchal e à Madeira, ao seu desenvolvimento e vida cultural.

A dimensão da Universidade da Madeira

Quando se decidiu estabelecer o ensino superior na Região Autónoma da Madeira (RAM), optou-se por enveredar pela criação de uma universidade que cobrisse a generalidade das áreas do saber. Podia-se ter optado por um instituto universitário dirigido apenas para algumas áreas do saber, ou mesmo apenas por institutos de investigação, envolvendo eventualmente no máximo formação avançada. Considerou-se, na minha opinião bem, que a opção tomada era a que melhor contribuía para o desenvolvimento social, cultural e económico que a Região carecia. Mas devemos ter presente que tal opção teve "custos".

Não sendo fácil atrair alunos para uma universidade em nascimento, e periférica, o número de estudantes da UMa nunca foi muito elevado¹ e, por consequência, o seu número de docentes também não (até porque o financiamento das universidades tem sido no fundamental determinado pelo seu número de alunos). A necessidade de assegurar cursos em diferentes áreas do saber levou, por sua vez, a que a contratação de docentes se tivesse de dispersar pelas várias áreas, não permitindo concentrações significativas de docentes em cada área.

¹ O que se traduziu, em particular, em cursos em geral com relativamente poucos alunos. Tal obriga a uma gestão cuidadosa de partilha de recursos, para poder ser sustentável, mas também tem vantagens, por exemplo em termos de um impacto equilibrado das várias áreas do saber no mercado de trabalho.

A UMa tem ao seu serviço perto de 220 docentes² e 135 funcionários não docentes. Este número de docentes corresponde sensivelmente ao número de docentes de dois ou três grandes departamentos de uma só faculdade de uma universidade portuguesa de média dimensão³. No entanto, na UMa eles têm de cobrir áreas do saber que vão das Ciências Exatas e da Engenharia às Artes e Humanidades, passando pelas Ciências Sociais, Ciências da Vida e Tecnologias da Saúde. Na realidade, asseguram atualmente⁴ 19 cursos de 1º ciclo, 18 cursos de 2º ciclo, 6 cursos de 3º ciclo, 2 mestrados profissionais (diplomas de estudos avançados) e outras 3 pós-graduações, 9 cursos de especialização tecnológica e ainda vários cursos breves.

Os números anteriores são claros. A questão não é tanto o número total de docentes que a UMa dispõe face ao número de alunos: em 2012/13 há cerca de 3150 alunos envolvidos em todos os cursos em funcionamento, o que dá um rácio de cerca de 1 professor para 14 alunos, o que não é mau. O problema é o número reduzido de docentes em cada área e as múltiplas tarefas a que, desse modo, cada docente tem de dar resposta. A generalidade das áreas dispõem apenas dos recursos docentes mínimos que permitem suportar as atividades de formação em que estão envolvidos. Não se pode esperar que a UMa seja capaz de dar resposta a todas as atividades, tarefas (de formação, desenvolvimento, estudos e pareceres, ou divulgação) e problemas que a sociedade em geral espera ou deseja que uma universidade possa resolver. Agora, o que a Universidade da Madeira fizer, tem de fazer com qualidade.

² Concretamente, 3 investigadores afetos a Centros de Investigação e o equivalente a cerca de 218 docentes a tempo integral, incluindo, neste número, 22 docentes em regime de mobilidade pagos pela origem (vulgo "destacados") e o equivalente a cerca de 2 docentes, em regime de *Pro bono*. Se quisermos ser precisos, não é correto dizer que a UMa tenha ao seu serviço esse número de docentes. Tal número refere-se a dezembro de 2012 e desde essa altura já saíram da UMa ou se reformaram alguns docentes e investigadores. Para além disso, incluem-se também nesse número alguns docentes em comissão de serviço noutra instituição, ou com licença sem vencimento, ou em baixa médica prolongada.

³ Como comparação, embora não disponha dos números exatos, o conjunto dos docentes apenas da área da Matemática, da futura "grande" Universidade de Lisboa, não deverá ser inferior a este número.

⁴ No número de cursos de 1.º ciclo incluí os preparatórios do mestrado integrado em Medicina, mas não os cursos de 1.º ciclo que, apesar de ainda terem alunos, não abriram vagas no Concurso Nacional de Acesso de 2012/13; nos cursos de 2.º ciclo considerei apenas os que tiveram entradas em 2012/13; e no 3.º ciclo considerei os cursos atualmente acreditados (ou acreditados preliminarmente) pela A3ES.

Objetivos

Considero que os principais objetivos e prioridades nos próximos anos são:

- a) criar as condições para que os vários cursos da UMa, de 1.º, 2.º e 3.º ciclo sejam *acreditados* pela A3ES (a Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior), sem o que esse cursos não podem funcionar;
- b) manter a *estabilidade* do corpo docente e dos funcionários não docentes;
- c) *minimizar o abandono escolar* motivado pela crise⁵.

A acreditação dos cursos de formação inicial e avançada, conducentes a grau académico, tem implicações a vários níveis, que vão desde o *ensino à investigação*, que é necessário reforçar, e podem exigir a procura de *parcerias*, nomeadamente na área da formação avançada.

A UMa não poderá, contudo, limitar-se à formação conducente a graus académicos. A *formação ao longo da vida* é cada vez mais uma necessidade da Região, das pessoas em geral e dos seus antigos alunos, em particular, pelo que a UMa não pode deixar de procurar dar resposta a essas necessidades, no quadro das suas áreas do saber.

A procura de *novos públicos* é igualmente uma necessidade, até por razões financeiras. Para além da formação ao longo da vida, a atração de mais estudantes, e nomeadamente de estudantes de fora da Madeira, terá também de ser um objetivo.

A *internacionalização* não é só é uma condição fundamental para a realização de investigação, como também será cada vez mais uma necessidade para as atividades formativas, particularmente no que diz respeito às de nível mais avançado (2.ºs e 3.ºs ciclos e pós-graduações).

Mais-valias

Tal como um copo meio vazio está meio cheio, também os pontos fracos e os perigos são muitas vezes os pontos fortes e as oportunidades.

As principais mais-valias da Universidade, que a podem diferenciar positivamente, se soubermos tirar partido delas, são (no meu entendimento):

⁵ De acordo com os dados obtidos (ver anexo), de 2011/12 para 2012/13 regista-se uma quebra no número total de inscritos da ordem dos 15% (no caso dos 1.ºs ciclos a quebra situa-se nos 9%, não contando com os alunos externos, e nos 6%, contando também com esses alunos; mas, por exemplo, no caso dos 2.ºs ciclos a quebra já é superior aos 25%).

- *O destino/marca Madeira:*

O viver numa ilha pode ser uma mais-valia, pela segurança e qualidade de vida que pode proporcionar. As atuais facilidades de transporte e comunicação reduzem o isolamento por vezes associado à vida insular. A Madeira, pela sua beleza e excelente clima, é atrativa para se vir para cá e cá trabalhar, nem que seja por períodos curtos, facilitando a *colaboração internacional* e decorrente investigação, e o potencial de atração de novos alunos;

- *Multiplicidade cultural e formativa do corpo docente:*

A UMa tem docentes oriundos de múltiplas regiões e países. Tal oferece problemas de integração, de não existência de práticas comuns e dificuldades de resposta a atividades de carácter mais administrativo, de gestão académica, mas enriquece-a culturalmente, facilita a internacionalização e o conhecimento de diferentes tipos de *escolas* (seja ao nível do ensino, seja ao nível da investigação);

- *O número de alunos:*

A existência de poucos alunos por curso tem desvantagens, mas permite uma interação aluno-professor muito maior, com vantagens no ambiente escolar e na possibilidade de integração dos alunos em projetos e atividades extracurriculares e de investigação;

- *A multiplicidade, com proximidade, de múltiplas áreas:*

Como já foi referido, a multiplicidade de áreas tem consequências negativas, pelo reduzido número de docentes, em cada área, que acarreta. Mas a existência de pessoas de áreas muito distintas, fisicamente próximas e que se encontram e.g. no "Bar dos Docentes", é um tremendo potencial de desenvolvimento de investigação e projetos interdisciplinares. Se conseguirmos divulgar a investigação que cada um faz, isso será ainda mais simples.

O desafio

A situação financeira não permite que a UMa possa apostar com facilidade em novas áreas, em que seja necessário recrutar pessoal altamente especializado. Existe, contudo, uma possível exceção: o turismo.

O turismo é a principal atividade económica da Região, com grupos hoteleiros fortes e conhecidos internacionalmente. Julgo que será possível apostar no desenvolvimento dessa área na UMa, desde que seja possível juntar nessa aposta a Universidade da Madeira, o Governo e instituições públicas e, componente fundamental, instituições privadas e, nomeadamente, os principais grupos hoteleiros.

Necessidade - Envolvimento das estruturas e pessoas, controlo da qualidade, e simplificação de regulamentos e procedimentos

Qualquer plano para o desenvolvimento da UMa estará condenado ao insucesso se quem trabalha na instituição não quiser colaborar.

Não sou apologista de *mudar, por mudar*. Se for eleito, procurarei mudar apenas o que considero essencial, tentando aproveitar todos os que estão dispostos a colaborar, de acordo com as suas capacidades e as necessidades da instituição.

Mesmo relativamente a algumas soluções com as quais discordei, uma vez implementadas, pode justificar-se uma opção pela sua manutenção. Não se pode estar sempre a mudar, sendo necessária alguma estabilidade, nomeadamente a nível organizativo. As consequências de uma nova mudança podem ser piores do que manter a situação atual, com alguns ajustamentos.

A Universidade tem de continuar a apostar no controlo efetivo da qualidade e no processo de acreditação interna dos seus cursos. A montagem efetiva de um *Sistema Interno de Garantia da Qualidade* é uma tarefa necessária e inadiável.

É, no entanto, fundamental simplificar alguns regulamentos, importantes, de modo a que eles sejam aplicáveis (e depois exigir que sejam cumpridos), e operacionalizar procedimentos. As pessoas não são meros números, mas atores, com (para o bem e para o mal) autonomia, e sem elas a Universidade *não funciona*. E alguns conflitos que ocorrem entre a instituição e certos grupos dentro dela têm de ser resolvidos, pois estão a afetar a sua coesão.

Avaliação da universidade

A UMa foi avaliada, a seu pedido, por uma comissão especializada da EUA (*European University Association*). O primeiro relatório de avaliação da EUA data de dezembro de 2008 e, igualmente a pedido da UMa, foi elaborado um segundo relatório, de acompanhamento e avaliação, em abril de 2012. A Universidade não é obrigada a seguir as recomendações feitas pelas comissões de peritos que procederam a essas avaliações, mas não as pode ignorar.

No que se segue abordarei mais detalhadamente alguns dos tópicos referidos, e exprimirei a minha opinião sobre algumas das tarefas a que a UMa se terá de dedicar nos próximos tempos.

2. Estatutos da UMa

A experiência destes quatro anos de vigência dos novos Estatutos da UMa sugere que há vantagens em revê-los, no sentido de reorganizar a estrutura da Universidade, tornando-a mais funcional e adequada à sua dimensão. Os relatórios de avaliação da EUA apontam igualmente para a necessidade de reformular certos aspetos dos Estatutos.

Os próprios Estatutos (no artigo 80.º) preveem a sua revisão ordinária, quatro anos após terem entrado em vigor. As alterações estatutárias podem ser propostas pelo Reitor ou por qualquer membro do Conselho Geral, mas carecem de aprovação por dois terços dos membros do Conselho Geral e devem ser precedidas de audição do Senado.

Embora o Ministro da Educação e Ciência tenha referido a revisão em breve de certos aspetos do RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior), considero que a UMa não deve esperar pela eventual revisão do RJIES para iniciar o processo de alteração dos seus Estatutos.

Na minha opinião, deve ser o Reitor a liderar o processo da revisão dos Estatutos. Tal revisão deverá ser efetuada ouvindo as várias estruturas e responsáveis, e procurando amplos consensos. Não deverá haver pressas, mas julgo que o prazo máximo de um ano seja razoável.

Entre alguns dos pontos onde é de esperar uma revisão estatutária, saliento:

i) Composição do Conselho Geral

O relatório da EUA refere a necessidade dos funcionários não docentes participarem no Conselho Geral, matéria onde parece existir atualmente um certo consenso na UMa. Em relação a este aspeto, se for eleito Reitor, conforme o compromisso assumido pela lista que propus para o Conselho Geral, efetuarei uma consulta aos funcionários não docentes sobre essa participação, e defenderei a posição que estes assumirem.

ii) Senado

Considero que o Senado é o principal órgão de participação institucional dos vários corpos na vida da Universidade, e de auscultação e aconselhamento do Reitor, pelo que defendo que se mantenha, juntamente com as suas duas comissões permanentes: a Académica e a Disciplinar. Em particular, considero que a Comissão Académica⁶ pode

⁶ Atualmente constituída pelo Reitor, Vice-Reitores, Presidentes dos Centros de Competência, Colégios e Institutos, dois coordenadores das áreas científicas e dois diretores dos Centros de Investigação FCT.

desempenhar um papel fundamental na governação da Universidade, se o Reitor a quiser exercer com, e ouvindo, a Academia.

A composição do Senado deverá, contudo, ser analisada, nomeadamente no que respeita à representação dos funcionários não docentes, uma vez que atualmente ela apenas abrange os administradores (da Universidade e dos Serviços de Ação Social) e os diretores de Serviço ou equiparados.

iii) Colégios

O relatório da EUA defende, na prática, o fim dos Colégios (Universitário e Politécnico), pelo menos tal como eles existem, com distribuição das responsabilidades dos seus atuais Presidentes. Pessoalmente, julgo também que os Colégios complexificam a estrutura da Universidade (*e a UMa é demasiado pequena para ter uma estrutura complexa*), existindo mesmo alguma sobreposição de competências que é de evitar, por ser potenciadora de conflitos desnecessários⁷. Assim, concordo que haverá vantagens em extinguir os Colégios, distribuindo as suas atuais responsabilidades entre os Centros de Competência, a Reitoria e o Conselho Pedagógico da Universidade (que terá de continuar a existir) e seu Presidente.

iv) Centros de Competência

Julgo que há quase unanimidade contra a expressão "Centros de Competência".

Já no que respeita à composição dos atuais Centros de Competência, uma outra questão que o relatório da EUA veio levantar, julgo que não haverá consensos, e que será provavelmente uma das matérias mais controversas na elaboração dos futuros Estatutos.

v) Visão e missão da Universidade

No primeiro relatório da EUA defendeu-se a necessidade de rever a missão da UMa e de definir uma visão para esta que fizessem sobressair o que lhe é específico e a sua relação com a Região⁸. Tal deve, portanto, ser objeto de revisão.

⁷ Por exemplo, compete aos Presidentes dos Colégios propor ao Reitor, ouvidos os Presidentes dos Centros, a lista anual dos docentes responsáveis das disciplinas da área da Educação Geral, mas são os Conselhos Científicos dos Centros quem delibera sobre a distribuição de serviço dos docentes.

⁸ No Conselho Geral foi entretanto aprovada uma visão para a UMa, mas não parece ser consensual (pelo menos em documentos oficiais distintos, como o Relatório de Gestão e Contas de 2011 e o Plano de Atividades da UMa para 2012, surgem diferentes descrições da visão da UMa).

vi) Para terminar esta breve resenha, refira-se ainda:

- a possibilidade de reconhecimento estatutário de uma agência interna de acreditação, juntamente com a especificação dos seus objetivos e competências (conforme defendido por uma das listas dos docentes para o Conselho Geral);
- a necessidade de simplificar ou, pelo menos, clarificar alguns procedimentos como os relativos à criação ou alteração de ciclos de estudo;
- a necessidade de garantir coerência e comparabilidade entre os Conselhos Pedagógicos dos diferentes Centros de Competência (outra das preocupações manifestadas pela EUA, no seu primeiro relatório), para além da sua "submissão" ao Conselho Pedagógico da UMa;
- e a eventual necessidade de clarificação do papel das áreas científicas.

3. Regulamentos, procedimentos e desburocratização

Provavelmente, a maior parte dos regulamentos existentes eram necessários. Mas o seu conteúdo não tinha de ser o atual. Há a necessidade de rever vários dos regulamentos e procedimentos existentes, de modo a simplificá-los e torná-los (mais) operacionais.

Referir-me-ei, em seguida, especificamente, apenas a dois regulamentos, muito importantes e sensíveis para os docentes.

Regulamento da prestação de serviço dos docentes

Na minha opinião trata-se genericamente de um bom regulamento, com inovações (como os perfis), que precisa de algumas afinações e que tem algumas singularidades difíceis de perceber, como a contabilização que é feita do tempo dedicado ao desempenho de cargos⁹, que urge corrigir.

Regulamentos da avaliação dos docentes

Trata-se sempre de um assunto muito sensível e é uma das matérias que se me afigura mais preocupante e complicada.

⁹ Apenas a título de exemplo, de acordo com esse regulamento, um Presidente de um Centro de Competência (com mais de 60 docentes) dedica apenas um dia por semana à atividade do Centro, e um coordenador de área científica dedica somente 35 minutos por semana a essa atividade (tempo calculado assumindo que um docente deva trabalhar 35 horas semanais).

Em relação à avaliação retroativa¹⁰ dos docentes, relativa a 2004-2007 e 2008-2009, foi feito o seguinte:

- relativamente ao período 2004-2007: atribuiu-se "Bom" a todos¹¹;
- relativamente ao período 2008-2009: publicou-se um regulamento e a avaliação deveria decorrer na segunda quinzena de Junho de 2010. Que eu saiba, ninguém foi avaliado.

Decorrerá agora a avaliação dos docentes relativa ao período 2010-2012. Ela deverá ser feita de acordo com o regulamento em vigor, regulamento que considero muito complicado (opinião corroborada pelo último relatório da EUA). De acordo com o regulamento, o processo de avaliação deverá ter lugar entre os meses de janeiro e março de 2013, pelo que ainda durante o mandato da atual Reitoria, o que considero positivo, uma vez que esta avaliação se reporta a um período e é feita de acordo com um modelo e regulamento da sua responsabilidade.

Na minha opinião, o atual regulamento de avaliação dos docentes tem de ser revisto para o futuro, com cuidado e procurando amplos consensos, e no respeito pelos princípios estabelecidos no artigo 74.º-A, n.º 2, do ECDU (Estatuto da Carreira Docente Universitária) e no artigo 35.º-A, n.º 2, do ECPDESP (Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico). Em particular, deve-se procurar harmonizar os critérios de avaliação interna com os usados em avaliações externas paralelas (quando aplicáveis), bem como com os de outras instituições de natureza e dimensão análoga às da Universidade da Madeira.

Os regulamentos têm de ser cumpridos

Simplificados os regulamentos e os procedimentos associados (quando for caso disso), os regulamentos têm de ser cumpridos.

Em particular, não é aceitável, por exemplo, que os docentes não cumpram, sem motivo de força maior, o que está estipulado em matérias que afetam a vida de outros, e nomeadamente dos estudantes, como as regras de avaliação dos alunos, prazos para o lançamento das notas nas pautas, etc.

¹⁰ Pessoalmente discordo que se exijam avaliações retroativas. Mas tal não é relevante para o caso, pois essas avaliações foram impostas nos novos Estatutos das Carreiras Docente Universitária e Politécnica.

¹¹ De acordo com o instituído, era possível "reclamar", sendo-se então avaliado de acordo com o modelo do período de 2008/09. As reclamações apresentadas, tanto quanto é do meu conhecimento, não tiveram seguimento, nem resposta.

4. Oferta formativa

Pode-se dividir a oferta formativa da UMa em quatro grandes blocos:

- i) Cursos de Especialização Tecnológica (abreviadamente CET)
- ii) Cursos superiores, de formação inicial e avançada, conducentes a graus académicos (1.^{os}, 2.^{os} e 3.^{os} ciclos);
- iii) Pós-graduações;
- iv) Cursos breves.

Cursos de especialização tecnológica

Trata-se de cursos pós-secundários não superiores que visam a aquisição do nível 4 de formação profissional. Julgo que não fazem parte da vocação primordial da Universidade, mas esta não deve alhear-se deste tipo de formação, pelo interesse que ela pode ter para o País e, nomeadamente, para a Região, e também por motivos financeiros.

Nas áreas em que a UMa dispõe de corpo docente, qualificado e disponível, deve realizar os CET que sejam necessários para o desenvolvimento da Região. Nos outros casos, deve procurar ajudar a viabilizá-los, nomeadamente através do estabelecimento dos protocolos para prosseguimento de estudos, necessários de acordo com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, sempre que tal seja possível.

Cursos superiores, de formação inicial e avançada, conducentes a graus académicos

Constituem a essência da formação universitária e um dos objetivos fundamentais da UMa deverá ser criar condições para a acreditação pela A3ES dos seus cursos de 1.º, 2.º e 3.º ciclo.

Para além do bom funcionamento da Universidade, a acreditação destes cursos depende fortemente da qualidade e adequação do plano de estudos e dos programas das unidades curriculares que o compõem, da qualificação académica do seu corpo docente e da investigação desenvolvida (com peso maior ou menor em função do tipo de ciclo em causa).

Em particular, a elevada qualificação académica que é exigida ao corpo docente implica que este tipo de formação não é compatível com cursos para responder a necessidades imediatas do mercado, e de curta duração. A necessidade de contratação ou formação de pessoal docente altamente qualificado, exigida, não se coaduna com a criação de um curso que seja para funcionar durante apenas um, dois ou três anos.

Por outro lado, as limitações financeiras da Universidade, previsíveis para os próximos tempos, não permitirão contratações significativas de docentes, pelo que deverá estar fora do horizonte a abertura de novos cursos em áreas científicas em que a Universidade não disponha já do essencial do corpo docente necessário. O que não significa que não possa haver alguma reformulação dos cursos oferecidos, dentro das áreas do saber disponíveis.

Analisemos, sucintamente, cada um dos tipos de curso, *per si*.

1.ºs ciclos (oferta e modelo dos cursos)

A UMa definiu, há uns anos (aquando da transição para o referencial de formação dito de Bolonha), um modelo uniforme para a generalidade dos seus 1.ºs ciclos, que se baseia em 4 unidades curriculares (disciplinas) por semestre, cada uma com o mesmo peso no plano curricular em termos de unidades de crédito, e com 5 unidades curriculares ditas de Educação Geral. Este modelo deve ser reanalisado à luz da experiência pós-Bolonha havida e das recomendações e observações das comissões externas de avaliação dos cursos da A3ES. Entendo que deve haver alguma flexibilização na organização dos cursos em função da sua especificidade (permitindo por exemplo 4 ou 5 disciplinas por semestre) e uma diminuição da formação dita de Educação Geral (embora mantendo a exigência de alguma formação em áreas fora do *core* do curso). Deve haver um extremo cuidado em evitar liberalizações excessivas (com elevados custos organizativos) e em estudar e planear cuidadosamente a transição dos alunos para novos planos curriculares, quando for caso disso. As regras gerais a impor deverão ser discutidas em Comissão Académica do Senado (envolvendo a participação dos Centros de Competência e dos Colégios) e aprovadas em Conselho Geral.

No que respeita à oferta de cursos, poderá haver alguma reformulação (que procure melhorar a oferta formativa e tenha em conta a procura dos estudantes e os dados recolhidos pelo Observatório de Emprego e Formação Profissional), mas não são de esperar grandes alterações. A diminuição das primeiras opções, nomeadamente em cursos de Engenharia¹², requer atenção e medidas no sentido de inverter essa tendência.

Embora uma universidade deva formar para o mundo e preocupar-se acima de tudo com a qualidade da formação que dá aos seus alunos, a UMa não pode deixar de estar atenta ao

¹² Em anexo, incluo alguns dados sobre a evolução das primeiras opções no concurso nacional de acesso, em relação aos cursos da UMa, e da percentagem de ocupação das vagas postas a concurso.

mercado do emprego na RAM, onde a sua atividade de formação tem, naturalmente mais impacto. Em relação a este aspeto, oferece-me dizer o seguinte:

- primeiro, mesmo que a UMa deixe de abrir um curso, por hipotéticas razões de falta de emprego, não se pode impedir que haja Madeirenses que o vão frequentar (por exemplo) no Continente, e que depois regressem e estejam no desemprego na Madeira;
- segundo, neste tipo de cursos, longos, o que importa não é o mercado de emprego atual, mas sim como ele vai estar daqui a 4, 5 ou mais anos (no caso de profissões, como a Psicologia ou as Engenharias, em que em geral se espera a realização dos dois primeiros ciclos de seguida);
- terceiro, de acordo com a recente apresentação pública do relatório¹³ do Observatório de Emprego e Formação Profissional (cuja criação foi uma boa iniciativa da atual Reitoria), apesar do número de desempregados diplomados pela UMa ter naturalmente aumentado significativamente neste últimos anos, a percentagem de diplomados (pela UMa e sem ser pela UMa) com o 1.º ciclo, que estão desempregados, face ao total de desempregados, mantém-se nos últimos 5 anos entre 5,7% e 8,0%. Ou seja, nas palavras do Observatório: "um diploma superior ainda confere vantagens comparativas e funcionais – em termos de mercado de emprego da RAM – face aos restantes níveis de escolaridade, dada a estratificação dos níveis de escolaridade e do desemprego na RAM".

No caso dos 1.ºs ciclos julgo que no essencial a UMa dispõe do corpo docente necessário para a sua leção, não sendo necessárias parcerias especificamente para esse fim. Um caso à parte, a este respeito, tem a ver com o Ciclo Básico de Medicina (os ditos Preparatórios do Mestrado Integrado em Medicina, constituído pelos seus dois primeiros anos), em que é fundamental a parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMUL). Aqui, considero que o objetivo deverá ser ter na UMa não os dois mas os primeiros três anos do Mestrado Integrado em Medicina, que conferem o grau de Licenciado em Estudos Básicos de Medicina, naturalmente se a FMUL concordar com esta extensão. Infelizmente, julgo que a situação financeira da UMa não permitirá que tal possa ser feito a curto prazo, devido aos novos investimentos, em termos de reforço do corpo docente, que exigiria. Mas deverá ser um objetivo a procurar alcançar a médio-longo prazo.

¹³ Trabalho muito recente, de 28 de Janeiro, que exigirá uma análise cuidada.

2.ºs ciclos e pós-graduações

No caso dos 2.ºs ciclos, há que distinguir diferentes situações:

- i) Nas áreas (como a Psicologia e as Engenharias) em que o exercício completo de uma profissão exige os dois ciclos, e em que a UMa oferece o 1.º ciclo, é essencial que também ofereça o 2.º ciclo de continuação (e, como previsto legalmente, com propinas idênticas às do 1.º ciclo).
- ii) No que respeita às outras áreas em que a UMa oferece 1.ºs ciclos, julgo que a UMa deverá igualmente procurar disponibilizar formação avançada em áreas afins, e a preços acessíveis (com propinas idênticas às do 1.º ciclo, ou pouco superiores), nomeadamente tendo em vista complementar a formação dos seus ex-alunos (logo após a conclusão do 1.º ciclo, ou após uma experiência destes no mercado de trabalho, e porventura em simultâneo com ela), e tendo naturalmente em conta as necessidades da Região.
- iii) Finalmente, a UMa deverá procurar realizar mestrados, bem como outros tipos de formação pós-graduada, em parceria sempre que viável e apropriado, essencialmente virados para o exterior, no sentido de que integralmente lecionados em inglês¹⁴ (e com propinas em princípio mais elevadas). Tal é importante não só para a internacionalização da Universidade, mas também financeiramente, com a atração de novos "públicos", e com ganhos para a Região (uma vez que tais estudantes, maioritariamente estrangeiros, constituirão um capital sociocultural e económico para a Região).

O mestrado em "Nanoquímica e Nanomateriais" e os Diplomas de Estudos Avançados - mestrados profissionais em "Interação Humano-Computador" e em "Tecnologias do Entretenimento" são dois exemplos, distintos, de atividades deste tipo.

3.ºs ciclos

No caso dos doutoramentos a situação é mais complexa, havendo já a registar a não acreditação, por razões diversas, de quatro cursos de doutoramento da UMa: Ciências do Desporto, Engenharia Civil, Letras e Psicologia.

A exigência de uma forte atividade de investigação na área é cada vez maior, e há uma pressão para concentrar os doutoramentos nas grandes universidades, que, pelos numerosos

¹⁴ Exceto quando dirigidos a um público específico que entenda e possa preferir a língua portuguesa à inglesa, como poderá ser o caso de eventuais realizações conjuntas no âmbito da Macaronésia.

recursos docentes que dispõem e pelo número de alunos que esperam atrair, serão capazes de disponibilizar uma parte escolar mais forte e diversificada, comparativamente à da UMa. Trata-se de um problema delicado, pois é indispensável que a UMa ofereça doutoramentos, não só por que está obrigada a ter pelo menos três ciclos de estudo de doutoramento para ser universidade, mas também porque dispor de estudantes de doutoramento é uma enorme mais-valia para o próprio desenvolvimento da investigação na Universidade.

No que respeita aos terceiros ciclos julgo ser indispensável que se procurem parcerias com outras instituições, pelo menos em algumas áreas.

Cursos breves

A formação ao longo da vida é cada vez mais uma necessidade, da Região, das pessoas em geral e dos antigos alunos em particular, sendo que a UMa não pode deixar de lhe procurar dar resposta, nas suas áreas do saber.

Assim, para além dos cursos conducentes a graus académicos, a UMa deverá procurar disponibilizar outros tipos de cursos que cumpram as necessidades de formação. Esses cursos poderão ser mais longos, tipo pós-graduações, ou mais breves, de tipo muito variado.

Julgo que existem vantagens em ter uma entidade que coordene e apoie este género de formação, nomeadamente os cursos breves, inventariando as necessidades deste tipo de cursos, através da auscultação do Observatório de Emprego e Formação Profissional, e de entidades oficiais e empresas, procurando apoios financeiros disponíveis para este tipo de cursos, e realizando-os, em colaboração com os Centros de Competência. Como não sou muito favorável à proliferação de estruturas (muitas das quais depois não funcionam), uma possibilidade a estudar é o Centro de Desenvolvimento Académico poder desempenhar esse papel (eventualmente mudando o seu nome para Centro de Formação e Desenvolvimento Académico).

5. Controlo da qualidade, imagem institucional e serviços

Sistema Interno de Garantia da Qualidade

O bom funcionamento organizacional da UMa é fundamental, e devem existir mecanismos que permitam testar e assegurar a qualidade das suas atividades e dos serviços que presta. A

UMa deve possuir sistemas de controlo da qualidade, a vários níveis, e nomeadamente mecanismos de avaliação e acreditação interna da sua formação, em particular da conducente a graus académicos. A montagem de um efetivo Sistema Interno de Garantia da Qualidade é uma tarefa necessária e inadiável, sendo, portanto, necessário prosseguir com esse processo.

Tal exige, obviamente, que se efetue um conjunto de tarefas, não gratificantes, envolvendo o preenchimento de formulários, etc. Mas tem de se procurar que isso seja conseguido com um mínimo de burocracia possível, recorrendo a procedimentos, com suporte informático, "amigáveis" (de preenchimento o mais simples possível), exigindo apenas o indispensável, e de modo que seja claro para os envolvidos a sua necessidade e interesse. Não se pode estar sucessivamente a solicitar o preenchimento da mesma informação.

Segundo foi tornado público, algumas universidades, como é o caso da Universidade do Minho, já montaram um Sistema Interno de Garantia da Qualidade certificado pela A3ES por um período de 6 anos. Para essas universidades, a A3ES irá criar mecanismos simplificados de acreditação dos cursos. Deve-se procurar conhecer a experiência dessas universidades na montagem de tais sistemas, para obter bons resultados de forma célere.

Comunicação e imagem institucional, *site*, guia do aluno e marca UMa

O contacto com a UMa é hoje feito, em grande medida, através do acesso ao sítio na *internet* (vulgo *site*) da UMa. É aí que as pessoas e outras organizações vão colher, em primeira instância, as informações que procuram sobre a UMa (os seus cursos, a investigação, etc.).

É, portanto, necessário ter particular cuidado com a manutenção do *site* da UMa com boa imagem e correto funcionamento, e com a informação permanentemente atualizada. A imagem institucional da UMa é, em larga medida, a que é disponibilizada pelo seu *site*.

É igualmente importante manter a edição, em cada ano letivo, de um "Guia do Aluno", que contenha as informações mais relevantes para os seus estudantes e para os que possam estar interessados em vir a sê-lo, incluindo a informação sobre os cursos disponibilizados (vagas, provas de acesso, plano curricular, etc.) e principais regulamentos. Tal guia deve estar disponível em português e inglês, em formato digital, *descarregável* a partir do site da UMa, mas também com edição impressa.

Por outro lado, a Universidade deve registar a marca "UMa" e sua sigla, e tirar partido dela, rentabilizando-a através da comercialização de produtos variados com a sua marca.

Administração e serviços

Nos termos do artigo 62.º dos Estatutos da UMa a organização dos serviços deve ser flexível, cabendo ao Reitor definir a sua estrutura funcional, delimitando as unidades funcionais e suas designações, objetivos, competências e dependências e articulações funcionais.

Mas, alterações à estrutura funcional carecem de aprovação por maioria de dois terços dos membros do Conselho Geral, e a reestruturação dos serviços deve operar-se com respeito pelos direitos adquiridos, antiguidade e expectativas de carreira do pessoal em funções¹⁵.

Se for eleito, analisarei com os responsáveis dos vários organismos quais os seus principais problemas, e estudarei, juntamente com a minha Equipa Reitoral, a conveniência de alterações organizacionais. Entendo que a estabilidade é importante, pelo que procurarei efetuar apenas as alterações necessárias.

Deverão no entanto ser reequacionados os serviços de apoio aos Centros de Competência e seus docentes, procurando conjugar eficiência e uniformização de procedimentos e modelos, com estruturas de proximidade, e procurando melhorar a funcionalidade dos serviços, para reduzir o peso administrativo que afeta o desempenho de docentes e alunos. De qualquer forma, não se devem operar mudanças bruscas e dever-se-á ver qual vai ser a estrutura da Universidade após a revisão dos estatutos (mantêm-se os Colégios ou não, quantos Centros de Competência, etc.), antes de se proceder a eventuais reformulações mais profundas dos serviços de apoio.

No que respeita aos Serviços de Ação Social, procurar-se-á que estes continuem a diversificar e melhorar os serviços que prestam aos estudantes.

6. Estudantes

Aumento do número de estudantes, diversificação das suas origens e mobilidade

Apesar do quadro adverso, com a diminuição da população jovem e com as dificuldades dos estudantes (e das suas famílias) em custear a sua formação, a UMa tem de procurar aumentar a sua população estudantil.

¹⁵ Em anexo indica-se a evolução ao longo dos últimos anos da distribuição dos funcionários não docentes por categorias.

Em primeiro lugar, a UMa tem de continuar a apostar na divulgação dos seus cursos e na ligação às Escolas Secundárias da Região, com o objetivo de aumentar o número de estudantes residentes na Madeira inscritos nos seus 1.^{os} ciclos. Refira-se que no ano de 2012/13, na primeira fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior houve 1242 candidatos da RAM, tendo entrado 1135, dos quais só 442 para a UMa (isto é, cerca de 38,9%); e, na segunda fase, candidataram-se 454, tendo ficado colocados 261, dos quais 116 na UMa (44,4%).

Existem depois muitos alunos que concorrem à UMa através dos concursos especiais, maiores de 23 anos, transferências e mudanças de curso, etc., verificando-se, nomeadamente, que alguns alunos que optaram por se inscrever em universidades do Continente, ao fim de um ano tentam transferir-se para a UMa, seja por dificuldades financeiras, seja por dificuldades de adaptação, ou outras. A UMa deve voltar a realizar cursos de preparação para os interessados em candidatar-se ao concurso de acesso para maiores de 23 anos, para que eles tenham sucesso na candidatura e na frequência ulterior do curso escolhido, e deve procurar ser o mais célere possível na definição do plano de curso a realizar pelos alunos de transferência e mudança de curso.

Em segundo lugar, dever-se-á de igual modo tentar captar um maior número de estudantes de fora da RAM, seja recorrendo a programas de mobilidade¹⁶, seja recorrendo a cursos mais atrativos, nomeadamente de formação avançada (mestrados, pós-graduações e doutoramentos), eventualmente em parceria, contribuindo assim para a internacionalização da UMa e para a sua sustentabilidade financeira. Naturalmente, a frequência da Universidade da Madeira por parte de alunos não falantes de língua portuguesa pressupõe a existência, conforme os casos, de cursos ou conjuntos adequados de disciplinas lecionados em língua inglesa. Tal terá de ser ponderado, curso a curso, tendo também em conta os recursos humanos disponíveis.

Quais os públicos alvo, a tentar atrair? As sugestões que mais ocorrem são: países lusófonos, espaço da Macaronésia, espaço europeu (nomeadamente utilizando os programas de mobilidade) e a diáspora Madeirense. No relatório da EUA refere-se "The team recommends that the university initiate a process to attract international students, especially U.S. Junior

¹⁶ De acordo com os dados do Relatório de Gestão e Contas da UMa de 2011, nesse ano a UMa acolheu 44 estudantes ao abrigo de programas de mobilidade e enviou cerca de 55.

Year Abroad students, to study at UMa". A existência de um professor Chinês, o Professor Xiangyang Shi da universidade de Donghua, a desenvolver investigação no Centro de Química da Madeira, no âmbito de uma cátedra convidada, na área da Nanotecnologia, financiada pelo banco Santander, poderá ser uma fonte facilitadora da atração de estudantes Chineses para programas de pós-graduação, e certamente pelo menos para o mestrado em Nanoquímica e Nanomateriais, como tem sido procurado pelo seu responsável.

Sem prejuízo de se ter de decidir prioridades, nomeadamente para a atividade que neste âmbito tem de ser desenvolvida pelo Gabinete de Planeamento, Projetos e Cooperação, sou apologista de que não se deve descurar nenhuma das possibilidades, e que neste âmbito os conhecimentos e contactos pessoais contam muito. Mais ainda, mesmo que o número de estudantes que se consiga atrair de certas áreas não pareça muito significativo, pelo menos no início, há uma coisa que eu aprendi na minha atividade na UMa: *numa universidade pequena, os pequenos números contam!*

Finalmente, há a, já referida, área da *formação ao longo da vida*, cada vez mais importante. Dentro das suas possibilidades, a UMa deverá procurar disponibilizar cursos que complementem a formação de quem trabalha na RAM, tendo particular atenção às necessidades dos seus antigos alunos. A Associação dos Antigos Alunos da Universidade da Madeira e o Observatório de Emprego e Formação Profissional têm aqui um papel muito importante. Por outro lado, enquanto nos 1.^{os} ciclos a oferta de cursos em regime pós-laboral não tem tido muita procura, no caso de cursos breves para formação ao longo da vida, julgo que a principal oferta deverá ser em regime pós-laboral¹⁷.

Apoio aos atuais alunos

Em relação aos atuais alunos é importante desenvolver atividades que facilitem a sua inserção futura no mercado de trabalho, estabelecendo contactos com entidades empregadoras, realizando ações de formação que os auxiliem, por exemplo, a preparar-se para uma entrevista, etc. Igualmente aqui a Associação dos Antigos Alunos da Universidade da Madeira e o Observatório de Emprego e Formação Profissional poderão desempenhar um papel

¹⁷ Embora isso deva ser visto caso a caso, pois poderão existir situações de cursos procurados essencialmente por pessoas desempregadas que prefiram o horário laboral.

Jon C

relevante, em colaboração com o Centro de Desenvolvimento Académico e também com a AAUMa (Associação Académica da Universidade da Madeira).

Deve-se procurar tomar ainda outras medidas em benefício dos atuais estudantes, que vão desde o estudo de medidas que permitam auxiliar os alunos com dificuldades financeiras, à simplificação de procedimentos e redução de alguns custos administrativos, passando pela melhoria das condições de estudo e convívio dos estudantes.

A título de exemplo, no âmbito do quadro legal vigente, devem-se equacionar alterações ao modelo de propinas aplicável aos casos de alunos a quem falte um número reduzido de unidades curriculares para a conclusão do seu curso. E as instalações da UMa devem estar sempre abertas aos seus estudantes, para que possam estudar, sem prejuízo de algumas limitações à noite e aos domingos, até por razões de segurança¹⁸.

Se for eleito Reitor, procurarei manter um diálogo permanente com os representantes dos estudantes no Conselho Geral e em outros órgãos da Universidade, e em particular com a direção da AAUMa, no sentido de conhecer os problemas que mais afetam os estudantes, e tentar, com eles, e com os docentes e as estruturas e serviços relevantes, procurar soluções para esses problemas.

7. Corpo docente

O corpo docente da UMa é genericamente jovem, multicultural e de escolas académicas diversificadas (devido a ser proveniente de múltiplos locais, de Portugal e do estrangeiro). Em anexo apresenta-se a distribuição do corpo docente por categorias e Centros de Competência.

O número de docentes em cada área científica é em geral reduzido, o que leva a que cada um tenha de dar resposta a múltiplas tarefas de docência, investigação e gestão académica (para além de outras eventuais atividades de serviço à comunidade, divulgação, prestação de serviços, etc.).

¹⁸ Mas não vejo, por exemplo, razão para que não possam aceder ao "Bar dos Alunos", na Penteada, uma vez que existe uma estrutura que permite separar a zona de estar da zona de serviço e cozinha.

Para que os docentes se possam dedicar também à investigação científica, para além de se ter de tentar minimizar a componente administrativa e burocrática a que estão sujeitos, terá de se procurar, sempre que possível, não exagerar na sua carga letiva. Embora a carga associada à docência dependa não só do número de horas de aula, mas também do número de unidades curriculares distintas que se leciona e do número de vezes que já se lecionou cada uma delas¹⁹, deve-se procurar que o número de horas a lecionar se situe dentro do estabelecido nos Estatutos das Carreiras: entre 6h e 9h semanais, para o docente do ensino universitário, e entre 6h e 12h semanais, para o docente do ensino politécnico. Entre outras medidas a estudar, deve-se continuar a permitir que os estudantes de doutoramento possam lecionar aulas teórico-práticas e práticas (num máximo de 4h semanais), em troca de uma redução parcial ou total (em função do número de horas) das suas propinas²⁰.

Um outro problema importante, no âmbito da gestão das carreiras, respeita à progressão na carreira e ocupação de lugares do quadro. No novo Estatuto da Carreira Docente Universitária estabelece-se, e bem, que o conjunto de professores catedráticos e associados deverá representar entre 50% e 70% dos professores de carreira. No caso do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Politécnico a formulação é um pouco diferente²¹ (apesar do paralelismo muito grande que há atualmente entre as duas carreiras), estabelecendo-se aí que 70% dos docentes devem ser professores de carreira, adjuntos, coordenadores ou coordenadores principais. Mais ainda, nos Estatutos das Carreiras refere-se que as instituições devem abrir os concursos necessários para atingir esses valores (estabelecendo-se mesmo, no caso da carreira universitária, um prazo de 5 anos para esse fim).

¹⁹ E daí que eu considere correto que no regulamento da prestação de serviços se entre em linha de conta com esses fatores.

²⁰ Tal poderá evitar o seu abandono, por eventuais dificuldades financeiras, e dar-lhes-á uma experiência útil de docência, tendo-se, contudo, que não esquecer que o seu objetivo é concluir o doutoramento no tempo previsto (e daí a limitação ao número de horas que poderão lecionar).

²¹ Enquanto no ensino universitário o número de professores convidados não pode exceder um terço em cada categoria, no caso da carreira do ensino politécnico estabelece-se que 70% dos docentes devem ser professores de carreira, mas exige-se que pelo menos 20% dos docentes sejam convidados, e impõe-se aos professores de carreira, como limitação, que o número de professores coordenadores não seja superior a 50% dos professores de carreira, e que o número de professores coordenadores principais não seja superior a 15% dos professores coordenadores.

Entretanto as restrições financeiras impostas²² vieram pôr em causa a prossecução atempada desses objetivos, dificultando a abertura de concursos. Mas tal é péssimo para a UMa, pois a situação a este respeito na UMa, nomeadamente no caso da carreira universitária, é muito má, já que na carreira há 5 professores catedráticos, 19 professores associados, 110 professores auxiliares e 15 assistentes. Assim, e não considerando os assistentes (a maioria dos quais quase a passar a professor auxiliar), no conjunto dos professores de carreira a percentagem de professores catedráticos é de 4%, a percentagem de professores associados é de 14% e a percentagem de professores catedráticos e associados não ultrapassa os 18%.

Finalmente, ainda a este respeito, algumas palavras sobre a política a seguir nas contratações de docentes e abertura de concursos, que seja possível efetuar no quadro normativo e financeiro existente.

As contratações que poderemos fazer serão certamente muito limitadas e deverão servir, em primeiro lugar, para colmatar deficiências estruturais no corpo docente que ponham em causa a acreditação dos cursos (de acordo com a nossa autoavaliação destes, ou por indicação das comissões de avaliação da A3ES).

Em segundo lugar, deverão ter em conta as necessidades e carga docente de cada área e, também, os recursos financeiros que a área traz à Universidade (direta ou indiretamente). Critérios idênticos deverão ser aplicados para a abertura de concursos para professores catedráticos e associados. Naturalmente, há o problema de se encontrar uma fórmula que nos permita estimar estes valores, de modo a nos ajudar a tomar estas decisões de forma transparente. Mas há alguns pontos de partida que podem e devem ser considerados, como seja a fórmula que a tutela usava há uns anos para o cálculo do ETI²³ das universidades.

Informalmente, o ETI docente de uma universidade corresponde ao número de docentes a tempo integral que a universidade pode contratar, o qual era calculado a partir do número de alunos em cada curso e de um rácio docente/alunos definido em função da área do curso (por exemplo o rácio da Medicina era de 1/6, isto é, assumia-se que devia existir 1 docente por cada 6 alunos de Medicina, o das Engenharias era de 1/11, o da Gestão era de 1/17, etc.). De igual modo era definido um ETI para o número de funcionários não docentes.

²² Bem como algumas interpretações, por parte de algumas universidades e faculdades, sobre certas normas enunciadas nas leis do orçamento de estado publicadas.

²³ ETI = equivalente a tempo integral.

Ulteriormente, o Ministério deixou de financiar todos esses alunos e, com a passagem para Bolonha, anunciou que só iria financiar os alunos que frequentassem 1.^{os} ciclos, ou 2.^{os} ciclos de continuação necessários para uma dada profissão. E a partir daí (com exceção de 2010, em que foi celebrado o chamado Contrato Confiança), em cada ano continuou a reduzir o financiamento das universidades, fixando-o, *grosso modo*, numa percentagem do financiamento que lhes tinha sido atribuído no ano anterior.

Mas, independentemente de o Estado financiar ou não esses alunos, podemos considerar que o cálculo do ETI, pela fórmula em causa, nos dá uma estimativa razoável do número de docentes que se entende ser necessário (ou, pelo menos, desejável) para cada curso, em função da sua área e do seu número de alunos, e, a partir daí, podemos calcular também o ETI de cada Centro de Competência (ou de um qualquer agrupamento científico), dividindo o ETI gerado por cada curso pelos Centros de Competência em função da percentagem de lecionação do curso que cabe a cada um deles.

Em anexo encontra-se o cálculo do ETI que caberia à UMa (e a cada Centro de Competência), usando o método referido, considerando todos os ciclos de estudo conducentes a graus académicos e mestrados profissionais, mas sem considerar os alunos externos nem os Erasmus. Obtém-se um ETI para a UMa ligeiramente acima de 238, pelo que o número de docentes *efetivamente* ao serviço da UMa, atualmente, se encontra aproximadamente 10% abaixo desse valor. Se considerarmos os mesmos ciclos de estudo, mas contando agora com todos os alunos que frequentam esses cursos (de acordo com a ideia que todos eles exigem os mesmos recursos docentes), obtém-se um ETI para a UMa de cerca de 265 (ver anexo²⁴), pelo que ela estará a funcionar a cerca de 81% desse valor. Saliente-se que para este cálculo não se considerou os outros cursos atualmente lecionados na UMa (cursos de especialização tecnológica, pós-graduações e cursos breves).

²⁴ Em anexo encontra-se igualmente o cálculo do ETI que caberia à UMa considerando apenas os alunos que o Governo disse que passaria a financiar aquando da "passagem para Bolonha". Obtém-se cerca de 214, ou seja, mesmo assim, um valor muito acima do que Estado financia atualmente. Para o ver basta ter em conta que dos 218 docentes considerados atualmente ao serviço da UMa, 22 são destacados, e que as verbas do Orçamento de Estado são insuficientes para cobrir os custos com pessoal da Universidade (de acordo com o Relatório de Gestão e Contas da UMa, em 2011 o Orçamento de Estado aprovado para a UMa suportou apenas 85% dos custos de pessoal).

Por outro lado, uma fatia importante do atual orçamento das universidades advém do pagamento das propinas, e aí um aluno de Medicina paga o mesmo que um aluno de Gestão. Assim, se quisermos ter uma ideia da contribuição para a Universidade de uma dada área, teremos também de entrar em linha de conta com esses dados, bem como com outras receitas obtidas através de *overheads* de projetos ou prestações de serviços.

Resta o problema de se encontrar uma fórmula que nos permita entrar em linha de conta com esses vários fatores, e que não seja demasiado complicada, para ser aplicável e entendível por todos. Se for eleito Reitor, será um dos assuntos sobre que me debruçarei.

8. Investigação

A par do ensino e da criação e difusão cultural, a investigação é um dos pilares em que assenta uma universidade. A investigação apoia-se nos cursos de pós-graduação e na formação avançada. Por outro lado, a realização de investigação reconhecida e validada contribui para a valorização dos cursos e é essencial para a sua acreditação. A investigação e a sua aplicação podem ainda ser importantes para a captação de verbas externas pela Universidade, nomeadamente através dos *overheads* de projetos e de prestações de serviços.

A UMa deverá procurar melhorar as estruturas de apoio e pugnar por encontrar formas diversificadas de incentivar a investigação, promover a internacionalização, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, e estimular a ligação da investigação com o empreendedorismo.

O conhecimento da investigação feita por cada um é importante para facilitar a interação entre os docentes e investigadores de diferentes áreas, e a promoção de investigação e projetos interdisciplinares. A universidade deverá manter uma base de dados das publicações dos seus docentes e tratar de arranjar maneiras adequadas de divulgar a investigação que nela é feita, tanto externa como internamente.

Não sou um grande defensor do dirigismo e unificação da investigação. Mais do que querer dirigir a investigação que é feita, o essencial é que a Universidade não a dificulte, procurando antes formas de a apoiar. Tal não significa que a *direção da casa* não deva dar indicação de algumas linhas orientadoras, nomeadamente no âmbito da avaliação dessa componente do trabalho dos docentes, e na definição da política de atribuição de espaços e outros recursos (a

centros, grupos e pessoas). Tendo nomeadamente em conta a sua importância para a avaliação da própria Universidade, a acreditação dos seus cursos e a angariação dos recursos necessários para a sustentabilidade financeira da Universidade, esta deverá valorizar: i) a participação em centros FCT²⁵ sediados na UMa; ii) no caso de áreas em que não haja dimensão para a constituição na UMa de tais centros, a participação em centros FCT sediados noutras instituições; iii) o desenvolvimento de ações de investigação, desenvolvimento ou assessoria (projetos, prestações de serviço, etc.) com *overheads* para a UMa; iv) publicações²⁶ em revistas científicas internacionais e capítulos de livro; e v) participação e organização de encontros internacionais, escolas de verão e todas as atividades que levem à internacionalização, cooperação e divulgação do nome da UMa pelo mundo.

Por outro lado, os docentes e investigadores da UMa deverão também ter em conta que a Região elaborou um Plano²⁷ de Ação para a Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da RAM (PIDT&I), para 2014-2020, pelo que devem procurar alinhar a sua investigação com as prioridades e áreas estratégicas definidas nesse plano, se querem ter maiores possibilidades de acesso a apoios, fundos e projetos.

Se for eleito Reitor, um dos Vice-Reitores terá a seu cargo, como é sugerido no relatório da EUA, a política de investigação da Universidade, mais concretamente, a *pasta* da investigação, projetos e relações internacionais.

De acordo com o *site* da Universidade, funcionam na UMa dez unidades de investigação, sendo quatro deles centros FCT: Centro de Ciências Matemáticas (CCM); Centro de Investigação em Educação (CIE-UMa); Centro de Química da Madeira (CQM); e²⁸ Instituto de Tecnologias Interativas da Madeira (Madeira-ITI).

²⁵ Por centros FCT entenda-se centros de investigação reconhecidos pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e por ela também financiados.

²⁶ Obviamente, sempre com referência explícita à sua condição de membro da UMa.

²⁷ Apresentado pelo Presidente do Madeira Tecnopolo, Professor Nuno Jardim Nunes, em 7/2/2013.

²⁸ No *site* refere-se *LabUse*, mas esse é o nome do grupo de investigação que fazia parte do CCM e que veio a dar origem à nova unidade *Madeira-ITI*, que entrou em funcionamento ainda em 2011.

A UMa pode criar ainda institutos de inovação, por decisão do Conselho Geral, sob proposta do Reitor²⁹. Atualmente existe um instituto de inovação, o "*MITI - Madeira Interactive Technologies Institute - Associação*", criado no âmbito da parceria com a Universidade de Carnegie Mellon.

Os institutos de inovação têm grandes virtualidades, mas não deixam de introduzir um fator de complexidade na estrutura da UMa. Por essa razão, considero que se deve evitar a proliferação de institutos na UMa. Estes só devem ser criados em situações muito especiais e, no atual quadro financeiro, a contribuição da UMa para eles só poderá traduzir-se na afetação de seus recursos humanos (nomeadamente docentes) às atividades do instituto e nalgum apoio logístico. Uma área em que talvez se justifique a criação de uma estrutura deste tipo, se verificadas certas condições, é a do turismo, que abordarei mais à frente.

9. Relações com o meio envolvente

A UMa relaciona-se com a Região e a sociedade Madeirense através das suas atividades de formação, de investigação e desenvolvimento tecnológico, e de criação e difusão de cultura.

As instituições de ensino da RAM, públicas e privadas, devem ser um parceiro natural e privilegiado da Universidade. Essa colaboração deverá traduzir-se, nomeadamente, na divulgação dos cursos da UMa nas escolas, no apoio da UMa à realização, por estas, de cursos profissionais, quando tal for viável, e na realização de ações de formação úteis para as instituições de ensino e seus docentes.

A realização de cursos breves, e mais geralmente a formação ao longo da vida, exige igualmente o contacto com empresas e outras instituições públicas e privadas, com vista a

²⁹ De acordo com o artigo 48.º dos Estatutos da UMa: "1- Os Institutos de Inovação são organismos horizontais identificados com áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento da Universidade e da sua relação com a sociedade, tipicamente multidisciplinares, e que visam dar resposta a desafios científicos e tecnológicos de potencial interesse económico, susceptíveis de gerar soluções inovadoras com um impacto importante na competitividade. 2- Os Institutos de Inovação podem ser constituídos como organismos internos da Universidade ou como entidades subsidiárias de direito privado, criadas em conjunto com outras entidades públicas ou privadas, nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 62/2007, bem como sob a forma de associações, fundações, sociedades de desenvolvimento ou consórcios e outras formas legal ou estatutariamente admitidas."

conhecer as suas necessidades de formação. A colaboração com essas entidades é igualmente importante para a realização de estágios, bem como na área da prestação de serviços.

No âmbito da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação (IDTI), o Madeira Tecnopolo³⁰ é, naturalmente, um parceiro essencial, mas todas as entidades com atividade de IDTI na RAM (sejam empresas, sejam laboratórios regionais, sociedades, associações, etc.) são potenciais colaboradores da UMa. E a colaboração com o CEIM (Centro de Empresas e Inovação da Madeira) é importante na ligação da investigação com o empreendedorismo.

O já referido Plano de Ação para a Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da RAM (PIDT&I), para 2014-2020, prevê a criação de um sistema de bolsas de investigação a tempo integral (com uma majoração até 30% dos valores praticados pela FCT), que permita aumentar para cerca de 1000 o número de pessoas em atividades de IDTI na RAM. Se tiver sucesso, tal representará um salto qualitativo enorme no potencial de IDTI da Região.

A criação e difusão cultural constituem, igualmente, uma tarefa fundamental da Universidade e da sua ligação à sociedade. O anterior Conselho Geral, sob proposta do atual Reitor, criou o Conselho de Cultura da UMa, envolvendo docentes da UMa e personalidades externas da vida cultural Madeirense, com o objetivo de desenvolver um programa aberto, de atividades culturais, anual, para a Universidade. Considero que esta estrutura deve ser mantida.

As comemorações dos 25 anos da UMa têm de estar naturalmente envolvidas no programa cultural deste ano de 2013. Dever-se-á considerar a criação de uma comissão específica para a preparação dessas comemorações, que as deverá preparar em íntima colaboração com o Conselho de Cultura.

A inclusão de personalidades externas no Conselho Geral da Universidade traduziu-se numa alteração significativa da forma do seu governo, estabelecendo, por essa via, um relacionamento formal entre a Universidade e a sociedade. Estas personalidades, com grande experiência e prestígio, trazem para o Conselho Geral as preocupações da sociedade sobre o desempenho da UMa, e contribuem para a definição da sua estratégia e das suas grandes linhas orientadoras.

³⁰ Que foi anunciado que irá ser fundido com o CITMA - Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira, dando lugar à Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (ARDITI).

ger. Ca

A nível nacional a UMa deve procurar manter as melhores relações com todas as suas congéneres. Sem prejuízo de haver matérias em que as várias universidades competem pelos mesmos recursos, há importantes causas comuns e assuntos em que só juntas poderão ter sucesso (veja-se o caso dos cortes orçamentais previstos para este ano de 2013). O CRUP - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, desempenha aqui uma ação essencial.

O envolvimento da UMa em redes internacionais, de universidades com problemas e/ou características semelhantes às suas, é importante, não só no âmbito de potenciais parcerias, mas como forma de aumentar a força conjunta na luta por recursos, nomeadamente a nível europeu. A rede das universidades da Macaronésia e a rede UNAMUNO (dos estabelecimentos públicos de ensino superior das regiões ultraperiféricas da União Europeia) são dois exemplos de redes desse tipo, em que a UMa deve continuar a participar.

No quadro da sua autonomia universitária, a UMa deverá colaborar seja com a tutela, o Ministério da Educação e Ciência, seja com o Governo Regional. Em particular, deve procurar manter um diálogo permanente com o Governo Regional.

A Universidade existe por que a Região assim o quis. O Governo Regional tem sempre apoiado a UMa e tem contado com a colaboração desta. A Universidade tem a perfeita noção que o Governo Regional é o seu principal aliado e defensor, no quadro da luta pelos recursos necessários ao seu bom funcionamento. Entendo que a cooperação entre a UMa e o Governo Regional é estratégica para ambos: o Governo Regional é um parceiro fundamental para ajudar a Universidade a resolver os seus problemas, e a UMa é um ator fundamental para o desenvolvimento social, cultural e económico da Região.

10. Turismo

Face à situação financeira da UMa, o número de novos docentes que a Universidade poderá contratar é muito reduzido, o que impede que se possa apostar em novas áreas. Existe, contudo, uma área que poderá ser uma exceção a este respeito: o turismo. Trata-se da principal atividade económica da Região, com grupos hoteleiros fortes e internacionalmente conhecidos, e poucos "fora" da UMa entendem que a Universidade não tenha atividade na área do turismo. Julgo que será possível apostar no desenvolvimento dessa área na UMa, se

ger C

se conseguir juntar nessa aposta a Universidade³¹, o Governo Regional e instituições públicas, e também, componente fundamental, instituições privadas, e nomeadamente os principais grupos hoteleiros.

Não estou aqui a pensar em criar uma licenciatura em gestão hoteleira e/ou turismo, embora tal possa vir a estar incluído no conjunto de ações a implementar.

Da parte da Universidade julgo que a aposta deve ser essencialmente na investigação³² e na formação avançada nessa área (pós-graduações, mestrados e doutoramentos, cujas teses são elementos fundamentais de desenvolvimento de investigação). Naturalmente, para tal será necessário recorrer a parcerias com outras instituições de prestígio internacional, e reforçar o corpo docente nessa área, recorrendo a programas internacionais e a investimentos públicos e privados, numa fase inicial, mas apontando para a sua própria sustentabilidade, no futuro. A participação nesta iniciativa de grupos privados, e nomeadamente dos principais grupos hoteleiros atuando na Região, é importante por vários motivos, entre eles, a credibilidade que dará ao projeto a sua presença.

A possibilidade de se irem buscar fundos para apoio a uma iniciativa destas, nomeadamente europeus, e o seu total alinhamento³³ com o PIDT&I (plano de ação da RAM para 2014-2020), permitem aspirar a que uma tal iniciativa se possa tornar uma realidade.

³¹ Internamente, embora o desenvolvimento do turismo na UMa interesse a várias áreas, a área da Gestão deverá ter um papel essencial neste projeto.

³² Existe já um documento de trabalho, elaborado no âmbito do PIDT&I pelo grupo criado para a área do Turismo, Desenvolvimento Regional e Inovação (que inclui docentes da UMa), onde se estabelecem três eixos prioritários para a intervenção nessa área e se propõe um plano de ação.

³³ De facto, o PIDT&I aposta precisamente no desenvolvimento do turismo, per si e como fonte de aplicação de ideias inovadoras das outras áreas de intervenção estratégica, com investimento direcionado para promover massa crítica, a atração e retenção de talento, com a criação de um sistema de bolsas de investigação a tempo integral para qualificação de recursos humanos nas áreas estratégicas identificadas. Uma das metas definidas no PIDT&I consiste em "gerar recursos humanos altamente qualificados através de programas de graduação ministrados em parceria com centros de reputação mundial nas áreas estratégicas". "O PIDT&I **financiará parcerias internacionais com instituições líderes** em termos globais nas áreas identificadas e alinhadas com a estratégia de especialização inteligente da RAM", sendo "dada preferência aos investimentos que contribuam para criar massa crítica em torno desta especialização inteligente e demonstrem capacidade para **atrair coinvestimentos do sector privado**".

juv. C

O projeto poderá ficar por essa componente de investigação e formação avançada, ou ser mais abrangente e envolver toda a formação na área turística e hoteleira, criando-se uma estrutura para o efeito, onde a UMa participe. Considero que a UMa deverá estar aberta a várias soluções.

Julgo que o sucesso deste projeto será uma importante contribuição para o desenvolvimento regional, e também para a transferência de conhecimento, através de parcerias com o sector empresarial, dois dos domínios em que se prevê avaliar as universidades de acordo com a nova classificação multidimensional³⁴, lançada pela União Europeia, a 30 de janeiro, em Dublin, sob a Presidência irlandesa.

11. Situação financeira

Como vários reitores têm afirmado publicamente, atingiu-se um limite mínimo no financiamento do Ensino Superior por parte do Estado, abaixo do qual a viabilidade das universidades estará em causa.

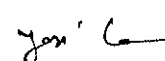
Apesar de atravessarmos o mais difícil contexto financeiro de sempre, os objetivos primordiais serão manter a estabilidade do corpo docente e dos funcionários não docentes, e minimizar a redução de matrículas de alunos nos cursos oferecidos pela Universidade.

Terá de se continuar a promover todo o tipo de ações que permitam diminuir as despesas e aumentar as receitas próprias, procurando estudar fontes de financiamento alternativas, para além daquelas que advirão:

- das propinas (e do incremento necessário do número de alunos de fora da RAM);
- das prestações de serviço;
- dos *overheads* de projetos.

Se for eleito Reitor, terei naturalmente um Vice-Reitor especialista na área financeira.

³⁴ De acordo com a informação publicitada (http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-66_pt.htm), pretende-se avaliar as universidades através de vários fatores, e não só pela excelência em investigação. Concretamente, considerar-se-ão cinco domínios distintos: a reputação em matéria de investigação, a qualidade do ensino e da aprendizagem, a orientação internacional, o êxito na transferência de conhecimento (e.g. parcerias com o sector empresarial e as novas empresas), assim como a contribuição para o crescimento a nível regional.



12. Ambiente institucional, transparência, participação e coesão da Universidade

A atividade dos órgãos da UMa deve pautar-se pela abertura, transparência e explicação das decisões tomadas.

É essencial fomentar a envolvimento de todos na vida da Universidade, a ligação afetiva à instituição e o prazer de nela trabalhar. Comemorações, como o tradicional jantar de Natal para os funcionários não docentes e docentes, são importantes para esse fim e deverão ser retomadas.

Para além das atividades de lecionação e investigação, há que valorizar a participação dos docentes nos cargos e estruturas fundamentais para o funcionamento da instituição.

E é necessário resolver alguns casos que estão a afetar o bom ambiente de trabalho e a coesão da Universidade.

Refiro-me, nomeadamente, aos pagamentos que estão a ser exigidos a docentes que lecionaram, há alguns anos, em mestrados, e que por essa atividade receberam compensações monetárias, devidamente autorizados pela UMa. Embora não conheça os pormenores de cada caso, nem todos os contornos legais em causa, tentarei fazer tudo o que seja legalmente possível para resolver o problema.

Uma outra situação anómala, que ocorria, dizia respeito ao facto dos assistentes que concluíam o seu doutoramento e passavam, por essa via, a professores auxiliares, não estarem a ser remunerados de acordo com essa categoria, ao contrário do que acontecia com qualquer docente que fosse contratado para a mesma. Essa situação encontra-se atualmente resolvida, em sede da Lei do Orçamento de Estado para 2013 (LOE-2013), que dedica o n.º 19 do artigo 35.º expressamente a tais casos. Resta a questão legal de saber se eles deviam ou não estar já a receber de acordo com o salário correspondente à categoria de professor auxiliar desde o momento em que acederam a essa categoria, e se, por tal razão, têm direito a receber o valor da diferença em causa no que respeita aos meses em que receberam como assistentes apesar de já terem passado a professores auxiliares, nomeadamente aqueles que passaram a essa categoria ainda em 2011.

José C.

Há ainda o caso dos professores que fazem a agregação e que não têm o complemento remuneratório devido à obtenção desse título, que estava legalmente previsto, ao contrário do que acontece com os seus colegas que fizeram as agregações anteriormente às imposições orçamentais restritivas. Julgo, no entanto, que a LOE-2013 é explícita a proibir a melhoria remuneratória nestes casos (veja-se os números 15 e 16 do artigo 35.º).

13. Considerações finais

Expus neste documento a minha opinião sobre algumas das matérias que considero importantes para o futuro, próximo e a médio/longo prazo, da Universidade da Madeira.

Tenho a perfeita noção de que temos tarefas muito difíceis pela frente, e não será o Reitor que as vai resolver, por si só.

Em primeiro lugar, o Conselho Geral será fundamental, na aprovação da linha estratégica da UMa e das suas grandes opções, e na fiscalização da atividade do Reitoria. Se for eleito Reitor, procurarei que os Conselheiros tenham acesso a toda a informação que considerarem essencial para o desempenho do seu cargo, e estarei sempre ao dispor do Conselho, e do seu Presidente, para o esclarecimento de qualquer assunto.

Em segundo lugar, procurarei escolher uma equipa solidária e composta por elementos com conhecimento dos diferentes dossiês que ficarão a seu cargo. Tal é indispensável para o bom sucesso deste mandato Reitoral.

Finalmente, procurarei que todos os que estão ligados à instituição (docentes, funcionários não docentes e estudantes) se sintam como parte dela, com vontade de resolver os problemas da instituição, como sendo seus, e com orgulho de a ela pertencer. Sem a vontade e a mobilização de todos será muito difícil resolver os problemas que temos pela frente. Com ela, teremos certamente todos sucesso.

Jon C

ANEXO

ALGUNS DADOS RELEVANTES

Joni C

ESTUDANTES E CURSOS

Evolução do número total de alunos **inscritos**³⁵:

Sem contar com alunos externos, programas de mobilidade (alunos ERASMUS, etc.)				
INSCRITOS - total	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
1º Ciclo (+ licenciaturas em 09/10) + Preparatórios de Medicina	2571	2472	2405	2198
2º Ciclo	609	729	777	571
3º Ciclo	85	100	122	67
Diploma de Estudos Avançados (MHCI e MET)	28	35	41	31
Outras Pós-graduações (e especializações pós-licenciatura)	77	90	61	44
Curso de Especialização Tecnológica (CET)	46	171	230	147
Totais	3416	3597	3636	3058

INSCRITOS - Totais incluindo alunos externos, etc.	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
1º Ciclo (+ licenciaturas em 09/10) + Preparatórios de Medicina	2753	2722	2674	2501

³⁵ No quadro a seguir não se está a considerar os cursos de profissionalização em Serviço em 2009/10 e 2010/11, nem cursos breves. Tenho algumas reservas em relação aos números relativos aos 3.ºs ciclos.

João C.

Evolução do número de alunos **novos**³⁶:

NOVOS - total	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
1º Ciclo (+ licenciaturas em 09/10) + Preparatórios de Medicina	686	785	742	638
2º Ciclo	327	348	333	273
3º Ciclo	55	28	53	1
Diploma de Estudos Avançados (MHCI e MET)	13	22	20	12
Outras Pós-graduações (e especializações pós-licenciatura)	40	44	37	19
Curso de Especialização Tecnológica (CET)	46	130	90	26
Totais	1167	1357	1275	969

Evolução do número de **diplomados**³⁷:

DIPLOMADOS - total	2009/10	2010/11	2011/12
1º Ciclo (+ licenciaturas em 09/10) + Preparatórios de Medicina	562	493	452
2º Ciclo	125	178	101
3º Ciclo	3	19	6
Diploma de Estudos Avançados (MHCI e MET)	6	1	0
Outras Pós-graduações (e especializações pós-licenciatura)	25	42	4
Curso de Especialização Tecnológica (CET)	0	0	2
Totais	721	733	565

	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
Percentagem de mulheres no total de alunos (dados RAIDES)	57%	55%	54%	52%
Percentagem de mulheres no total de diplomados (dados RAIDES)	63%	63%	67%	

³⁶ No quadro a seguir, nos CET, faltam as entradas para edições de dois CET que se iniciam neste 2.º semestre de 2012/13. Mantêm-se as reservas em relação aos números relativos aos 3.ºs ciclos.

³⁷ No quadro a seguir, tenho também algumas reservas em relação aos números apresentados de diplomados nos CET, que julgo serem inferiores aos números reais.

CONCURSO NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR (CNA)

Evolução das vagas ao longo dos últimos 7 anos:

Curso	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
(Artes Plásticas até 2006/07) Arte e Multimédia (Design/Projeção, até 2006/07) Design	10 20	20 20	15 15	15 15	15 15	17 24	22 26
Ciências da Educação (concurso nacional)	20	30	40	20	20	20	26
Educadores de Infância + Educação de Infância	20						
Ensino Básico - 1º Ciclo	20						
Educação Básica		40	40	40	20	20	20
Educação Física e Desporto	20	21	21	21	25	30	30
Comunicação, Cultura e Organizações	35	35	35	35	35	35	35
Ciências da Cultura	39	39	44	44	44	14	26
Ciências da Cultura (regime pós-laboral)						30	20
Estudos Ingleses e Relações Empresariais	25	30	35	35	35	42	42
Psicologia	20	20	20	20	20	30	36
Serviço Social	20	20	20	20	20		
Economia	20	30	33	33	35	40	45
Gestão	35	35	37	37	44	70	50
Biologia (pós-laboral desde 2010/11)	20				20	10	20
Bioquímica	30	22	25	25	25	25	25
Grupo de acesso comum 1	120	120					
Grupo de acesso comum 2			132	132	139	140	
Grupo de acesso comum 3							52
Grupo de acesso comum 4							72
Ciclo Básico de Medicina	38	38	38	38	38	38	38
Enfermagem	35	35	35	35	35	20	20
	567	585	585	585	600	605	605

Grupo de acesso comum 1: Matemática + Engenharias Civil, Electrónica e Telecomunicações, e Informática

Grupo de acesso comum 2: Design de Media Interativos + Engenharias Civil, Electrónica e Telecomunicações, e Informática

Grupo de acesso comum 3: Engenharias Civil, e Electrónica e Telecomunicações

Grupo de acesso comum 4: Design de Media Interativos + Engenharia Informática

Evolução das primeiras opções na fase 1 do CNA ao longo dos últimos 7 anos:

Curso	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
(Artes Plásticas até 2006/07) Arte e Multimédia (Design/Projetção, até 2006/07) Design	0	14	9	7	15	5	11
	12	40	21	15	29	47	22
Ciências da Educação (concurso nacional)	10	11	7	11	5	37	19
Educadores de Infância + Educação de Infância	14						
Ensino Básico - 1º Ciclo	2						
Educação Básica		45	100	105	109	105	68
Educação Física e Desporto	7	44	50	47	48	70	64
Comunicação, Cultura e Organizações	60	54	29	17	13	23	35
Ciências da Cultura	45	54	36	27	17	18	15
Ciências da Cultura (regime pós-laboral)						4	0
Estudos Ingleses e Relações Empresariais	34	47	36	24	44	42	30
Psicologia	71	87	32	36	37	33	28
Serviço Social	113	88	84	86	73		
Economia	15	27	35	39	38	35	11
Gestão	84	97	153	128	110	86	106
Biologia (pós-laboral desde 2010/11)	3				0	1	6
Bioquímica	6	11	13	13	11	18	8
Grupo de acesso comum 1	41	81					
Grupo de acesso comum 2			163	138	86	68	
Grupo de acesso comum 3							12
Grupo de acesso comum 4							44
Ciclo Básico de Medicina	26	38	143	76	77	82	91
Enfermagem	120	126	104	63	67	46	72
	683	864	1015	832	779	720	642

Percentagem de ocupação das vagas após as fases 1 e 2 do CNA - evolução ao longo dos últimos 7 anos:

Curso	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
(Artes Plásticas até 2006/07) Arte e Multimédia (Design/Projetção, até 2006/07) Design	30,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	54,5%
Ciências da Educação (concurso nacional)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Educadores de Infância + Educação de Infância	100,0%						
Ensino Básico - 1º Ciclo	35,0%						
Educação Básica		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Educação Física e Desporto	85,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Comunicação, Cultura e Organizações	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Ciências da Cultura	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Ciências da Cultura (regime pós-laboral)							
Estudos Ingleses e Relações Empresariais	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	110,0%
Psicologia	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	83,3%
Serviço Social	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Economia	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	75,6%
Gestão	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Biologia (pós-laboral desde 2010/11)	35,0%				5,0%	20,0%	60,0%
Bioquímica	36,7%	100,0%	100,0%	60,0%	96,0%	84,0%	60,0%
Grupo de acesso comum 1	65,8%	100,0%					
Grupo de acesso comum 2			100,0%	100,0%	94,2%	72,9%	
Grupo de acesso comum 3							26,9%
Grupo de acesso comum 4							87,5%
Ciclo Básico de Medicina	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	102,6%	100,0%	100,0%
Enfermagem	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	83,1%	100,0%	99,0%	97,8%	93,0%	91,7%	85,0%

Jon' C

Yeni C

Cursos e número de alunos em 2012/13:

Tipo	Curso	Inscritos	Novos
1º Ciclo	Arte e Multimédia	55	14
1º Ciclo	Biologia	12	0
1º Ciclo	Biologia (regime pós-laboral)	21	17
1º Ciclo	Bioquímica	57	15
1º Ciclo	Ciências da Cultura	91	26
1º Ciclo	Ciências da Cultura (regime pós-laboral)	49	26
1º Ciclo	Ciências da Educação	77	30
1º Ciclo	Comunicação, Cultura e Organizações	109	42
1º Ciclo	Design	76	32
1º Ciclo	Design de Media Interactivos	40	0
1º Ciclo	Economia	151	43
1º Ciclo	Educação Básica	104	25
1º Ciclo	Educação Física e Desporto	148	47
1º Ciclo	Enfermagem	141	29
1º Ciclo	Eng. Civil + Eng. Elect. Telecom.	25	25
1º Ciclo	Eng. Informática + Design Media Interactivos	83	83
1º Ciclo	Engenharia Civil	108	0
1º Ciclo	Engenharia Electrónica e Telecomunicações	105	0
1º Ciclo	Engenharia Informática	159	0
1º Ciclo	Estudos Ingleses e Relações Empresariais	117	39
1º Ciclo	Gestão	210	63
1º Ciclo	Matemática	3	0
1º Ciclo	Psicologia	134	43
1º Ciclo	Química	1	0
1º Ciclo	Serviço Social	46	0
Preparatórios de Mestrado Integrado (Ciclo Básico do Mest. Int. Medicina)		76	39
2º Ciclo	Actividade Física e Desporto	21	8
2º Ciclo	Bioquímica Aplicada	31	18
2º Ciclo	Ciências da Educação - Administração Educacional	4	0
2º Ciclo	Ciências da Educação - Educação Sénior	11	10
2º Ciclo	Ciências da Educação - Inovação Pedagógica	27	15
2º Ciclo	Ciências da Educação - Supervisão Pedagógica	20	19
2º Ciclo	Ciências Empresariais	8	0
2º Ciclo	Economia	4	0
2º Ciclo	Ecoturismo	1	1
2º Ciclo	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico	80	37
2º Ciclo	Engenharia Civil	71	24
2º Ciclo	Engenharia de Telecomunicações e Redes de Energia	22	15
2º Ciclo	Engenharia Informática	76	38

Yuri C.

2º Ciclo	Ensino da Matemática no 3º Ciclo do Ensino Bás. e no Ens Sec.	28	21
2º Ciclo	Ensino de Artes Visuais no 3º Ciclo do Ens. Bás. e no Sec.	1	0
2º Ciclo	Ens. de Biologia e de Geologia no 3º Ciclo do Ens. Bás. e no Sec.	19	3
2º Ciclo	Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário	27	12
2º Ciclo	Estudos Linguísticos e Culturais	22	6
2º Ciclo	Estudos Regionais e Locais	15	2
2º Ciclo	Gerontologia	3	0
2º Ciclo	Gestão Cultural	27	17
2º Ciclo	Matemática	6	0
2º Ciclo	Nanoquímica e Nanomateriais	4	4
2º Ciclo	Psicologia da Educação	43	23
3º Ciclo	Ciências Biológicas	9	0
3º Ciclo	Ciências da Educação, área de Currículo	7	0
3º Ciclo	Ciências da Educação, área de Inovação Pedagógica	5	1
3º Ciclo	Ciências do Desporto	14	0
3º Ciclo	Engenharia Civil	2	0
3º Ciclo	Engenharia Electrotécnica	2	0
3º Ciclo	Engenharia Informática	13	0
3º Ciclo	Letras	2	0
3º Ciclo	Matemática	3	0
3º Ciclo	Psicologia	4	0
3º Ciclo	Química	6	0
CET	Agricultura Biológica	20	13
CET	Contabilidade e Fiscalidade	28	0
CET	Energias Renováveis e Electricidade	27	0
CET	Gestão Ambiental	7	0
CET	Guias da Natureza	13	13
CET	Instalação e Manutenção de Redes e Sistemas Informáticos	28	0
CET	Património Cultural	11	0
CET	Segurança e Higiene Alimentar	6	0
CET	Treino Desportivo de Jovens Atletas	7	0
DEA	Professional Master in Human-Computer Interaction	24	12
DEA	Tecnologias do Entretenimento	7	0
FC	Curso Básico de Estatística com recurso ao Software SPSS	7	0
FC	Inferência Estatística com recurso ao Software SPSS	1	0
FC	Introdução à Astronomia	13	0
ND	CCNA - Networking Essential	5	0
ND	Curso Livre de Comunicação Escrita e Oral em Alemão	24	0
ND	Italiano	13	0
ND	Japonês	11	0
ND	Língua Portuguesa para Estrangeiros (Nível Elementar)	16	0

Jer C

PG	Arte e Design no Espaço Público	10	10
PG	Aspetos Humanos da Tecnologia	9	9
PG	Terapia Familiar e Intervenção Sistémica	12	0
PL	Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria	13	0
Totais		3148	969

CET = Curso de Especialização Tecnológica

DEA = Diploma de Estudos Avançados

FC = Formação Contínua

ND = Tipo de curso Não Definido

PG = Pós-Graduação (Bolonha)

PL = Pós-licenciatura de especialização

José C.

FUNCIONÁRIOS NÃO-DOCENTES

O quadro a seguir³⁸ indica a evolução da distribuição dos funcionários não-docentes por categorias:

(Dados: Relatório de Gestão e Contas da UMa relativo a 2011)

Categoria	2008	2009	2010	2011
Administrador	1	1	1	1
Chefe de Gabinete	1	0	0	0
Dirigente intermédio 1.º grau (Diretores de Serviço)	6	3	3	3
Dirigente intermédio de 2.º grau (Chefe de Divisão)	3	3	3	3
Dirigente intermédio de 3.º grau		3	4	3
Dirigente intermédio de 4.º grau			1	1
Técnicos Superiores	35	38	36	32
Assistentes Técnicos	50	46	46	44
Assistentes Operacionais	36	39	38	38
Técnicos de Informática	10	11	10	10
Total	142	144	142	135

³⁸ No quadro não se encontra contabilizado o administrador do SASUMa (Serviços de Ação Social da Universidade da Madeira), a exercer funções em comissão de serviço. Suponho que não existirão alterações significativas de 2011 para 2012. Os dados incluem alguns (poucos) funcionários a não exercerem atualmente funções na UMa (em comissão de serviço suportados pelo destino ou com licença sem vencimento), ou em processo de aposentação.

Jon C

DOCENTES

UMa - Dados a 12/12/2012

Distribuição por categorias e centros de competência dos docentes na carreira ou convidados a tempo integral

Alguns destes docentes já não estão ao serviço da UMa (ou porque saíram ou se reformaram),
e outros estão com licença sem vencimento ou em comissão de serviço

Centro de Competência	Total	Prof. Cate- drático (U) / Prof. Co- ordenador Principal (P)	Prof. Asso- ciado (U) / Prof. Co- ordenador (P)	Prof. Au- xiliar (U) / Prof. Ad- junto (P)	Assistente carreira e leitor (U) / Assis- tente 2º triénio (P)	Assistente convidado a 100% (não destacado)	Assistentes destacados	Doutorados
CCAH	47		3	36	6		2	39
CCCEE	73	2	11	50	4	3	3	63
CCCS	49	2	3	21	6	2	15	26
CCCV	20	1	2	14	1		2	17
CCTS	13		4	6	1	2		6
TOTAL	202	5	23	127	18	7	22	151

CCAH = Centro de Artes e Humanidades

CCCEE = Centro de Ciências Exatas e da Engenharia

CCCS = Centro de Ciências Sociais

CCCV = Centro de Ciências da Vida

CCTS = Centro de Tecnologias da Saúde - único Centro incluindo (e constituído só por) docentes da carreira docente do ensino superior politécnico, no caso da área de Enfermagem,

Quando no cabeçalho das colunas, da tabela acima, se refere (U) (respetivamente (P)) significa que se trata de uma categoria da carreira docente do ensino superior universitário (respetivamente, politécnico).

Joni C

UMa - Dados a 12/12/2012

**Total de docentes e investigadores por centro de competência
(incluindo contratações a tempo parcial)**

Alguns destes docentes/investigadores já não estão ao serviço da UMa (saíram ou reformaram-se)
e outros estão com licença sem vencimento ou em comissão de serviço

	Total Docentes (**)	Docentes Tempo Integral	Docentes Tempo Parcial (não <i>Pro bono</i>)	destacamentos (*) (incluídos no tempo integral)	em regime de <i>pro bono</i> (% de tempo equivalente a)	<i>Investigadores</i> (tempo integral)
CCAH	49,3	47	2,30	2		
CCCEE	75,5	73	2,20	3	0,3	3
CCCS	54,65	49	5,05	15	0,6	
CCCV	24,35	20	3,50	2	0,85	
CCTS	14,1	13	1,00		0,1	
TOTAL	217,90	202	14,05	22	1,85	3

(*): isto é, docentes em mobilidade pagos pela origem.

(**): incluindo os 4 docentes a exercer a 100% cargos de gestão, na Reitoria.

João C

ETI

ETI correspondente ao número de alunos na UMa 16/1/2013

(sem considerar alunos externos, nem Erasmus)

de acordo com os rácios que eram usados por cada tipo de curso

ETI Docente	Total	1ºs ciclos	2ºs ciclos e DEA	3ºs ciclos
CCAH	54,9	47,34	6,99	0,52
CCCEE	79,4	54,72	22,36	2,31
CCCS	65,1	44,25	18,64	2,25
CCCV	21,6	18,72	2,03	0,82
CCTS	17,3	16,79	0,55	0,00
TOTAL	238,3	181,8	50,6	5,9

DEA = Diplomas de Estudos Avançados/mestrado profissional

ETI não Docente	140,9
-----------------	-------

ETI correspondente ao número de alunos na UMa 16/1/2013

(sem considerar alunos externos, nem Erasmus e)

considerando apenas os 1ºs ciclos e

os 2ºs ciclos necessários à profissão

ETI Docente	Total	1ºs ciclos	(só alguns) 2ºs ciclos
CCAH	51,0	47,34	3,65
CCCEE	72,0	54,72	17,26
CCCS	54,5	44,25	10,25
CCCV	19,4	18,72	0,63
CCTS	16,8	16,79	0,00
TOTAL	213,6	181,8	31,8

ETI não Docente	126,8
-----------------	-------

José Car

ETI correspondente ao número de alunos na UMa 16/1/2013
considerando todos os alunos (incluindo externos e Erasmus)
mas só dos ciclos de estudos referidos
(continuando a excluir, portanto, os CET, pós-graduações e cursos breves)

ETI Docente	Total	1ºs ciclos	2ºs ciclos e DEA	3ºs ciclos
CAAH	61,7	54,17	7,05	0,52
CCCEE	89,0	63,10	23,54	2,31
CCCS	73,4	51,41	19,77	2,25
CCCV	22,6	19,71	2,06	0,82
CCTS	18,0	17,40	0,55	0,00
TOTAL	264,7	205,8	53,0	5,9

ETI não Docente	156,1
-----------------	-------